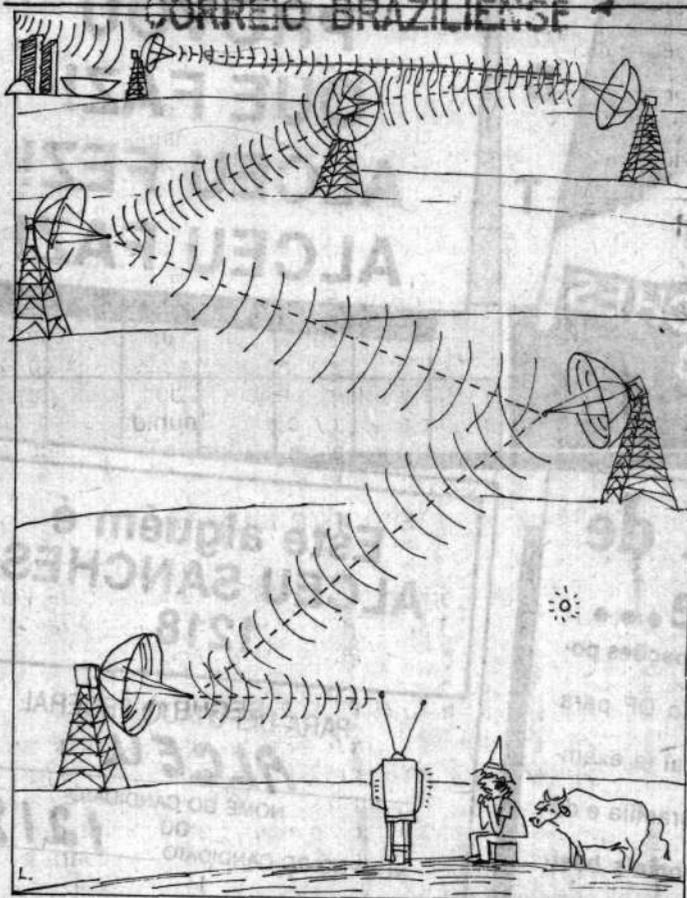


A Constituinte e a TV

LUIZ ADOLFO PINHEIRO



14 NOV 1986

A primeira providência que a futura Assembléia Nacional Constituinte deveria adotar, já no dia 1º de fevereiro de 1987, quando de sua instalação, seria a obrigatoriedade de transmissão diária de seus trabalhos ao povo brasileiro, através do rádio e da televisão. Sem exageros e sem violentar o sistema privado de radiodifusão, que defendemos, é preciso, porém, que pelo menos uma hora por dia, em horário determinado, o povo brasileiro tome conhecimento, ao vivo, do que se passa no âmbito da Constituinte.

Sem comunicação direta e constante com o povo, a Assembléia Nacional Constituinte começará seus trabalhos tomando um gol contra, logo de saída.

A imprensa escrita tem-se esmerado em dar a melhor cobertura possível ao Congresso Nacional, seja em forma de noticiário, de análises, entrevistas, editoriais. Há pouco ou quase nada mais a exigir de jornais e revistas em matéria de cobertura.

Onde está a fraqueza de comunicação do Legislativo é no rádio e na televisão. O programa "A Voz do Brasil", em apenas meia hora, condensada, não pode dar ao País uma visão real do que se passa no Congresso, por melhor qualidade que tenha o referido programa. E a televisão, de sua parte, não pode limitar o trabalho de uma Assembléia Nacional Constituinte a simples e escassos segundos inseridos no meio de telejornais que falam de tudo o que acontece no Brasil e no mundo.

A Assembléia Nacional Constituinte cometerá um grave erro político de comunicação popular e dará uma demonstração de fraqueza diante do establishment da radiodifusão nacional se não exigir, logo

no primeiro momento, que os meios radiofônicos abram seus canais — que são de concessão do Estado e de utilidade pública — para uma correta cobertura de seus trabalhos.

O Brasil é uma democracia, de modo que o ideal seria que os constituintes, uma vez eleitos e diplomados pela Justiça Eleitoral, comessem logo a se entender com o Poder Executivo e com as entidades do setor — Abert, Federação de Jornalistas e de Radialistas, ABI etc. — para a busca do melhor caminho para essa divulgação. Pois, caso contrário, estamos convencidos de que a Constituinte não vai mudar nada no cenário na-

cional se começar com timidez e sem saber impor a sua notável autoridade moral que emergirá das urnas de amanhã.

Assim como a tradição legal e jurídica do País consagra duas horas diárias a propaganda eleitoral, nos sessenta dias anteriores ao pleito, também deveria ser criado o precedente de que a cobertura de uma Assembléia Nacional Constituinte é um fato excepcional, que não ocorre com frequência e que tem imensos reflexos na vida da Nação. Portanto, não pode ser contida em marcarrônicos minutos pingados por dia, nessa e naquela emissora, como se fosse

uma grande concessão que o rádio e a TV estariam fazendo.

As emissoras de rádio e de televisão, com sua larga visão empresarial e espírito público, poderiam até mesmo se adiantar aos constituintes e já pensar, desde logo, em fórmulas de cobertura mais ampla e direta dos trabalhos da futura Assembléia Nacional Constituinte, antes que correntes extremadas e extremistas a serem eleitas amanhã venham com sugestões muito mais ambiciosas e certamente perniciosas aos interesses da própria radiodifusão.

Uma coisa é certa: por mais que os jornais e revistas se esmerem na cobertura política do Legislativo em Brasília, a massa do povo só toma conhecimento do Congresso via rádio e televisão, pois o Brasil, infelizmente, é um País de baixos índices de tiragem e de leitura de jornais e revistas. E sem rádio e TV, a Constituinte cairá no vazio, gerando grande frustração popular, com as consequências que se podem desde logo imaginar.

E preciso ser lembrado que a última Constituinte digna deste nome, a de 1946, atuou no Rio de Janeiro, junto à opinião pública da cidade que era ao mesmo tempo a capital da República, centro político nacional e maior metrópole do País. E que não havia televisão no Brasil em 1946, pois a sua instalação só ocorreria em 1950.

A Constituinte de 1987, ao contrário, funcionará na nova capital, distante das maiores metrópoles, com as quais só se comunica melhor precisamente pela televisão. Felizmente, o Brasil dispõe hoje de grandes redes de TV que podem responder a esse desafio, com capacidade e com patriotismo.